

# SUMÁRIO

---

<b>Introdução .....</b>	<b>23</b>
<b>Capítulo 1 – Jurisdição e supremacia das normas                   constitucionais.....</b>	<b>27</b>
1.1. Considerações iniciais.....	28
1.2. Rigidez e supremacia das normas constitucionais.....	29
1.3. As concepções de Constituição .....	31
1.4. Noções de inconstitucionalidade.....	36
1.5. Noções sobre jurisdição.....	38
1.6. Pressupostos da jurisdição constitucional .....	40
1.7. Conceito de jurisdição constitucional.....	41
1.8. Jurisdição constitucional e democracia .....	42
<b>Capítulo 2 – Antecedentes históricos da fiscalização de                   constitucionalidade.....</b>	<b>49</b>
2.1. O sistema difuso da <i>judicial review</i> .....	50
2.2. O Sistema concentrado de Kelsen .....	56
<b>Capítulo 3 – A evolução do controle de constitucionalidade                   das leis no Brasil .....</b>	<b>59</b>



3.1. A Constituição de 1824 .....	60
3.2. A Constituição de 1891 .....	60
3.3. A Constituição de 1934 .....	61
3.4. A Constituição de 1937 .....	63
3.5. A Constituição de 1946 .....	63
3.6. A Constituição de 1967/1969 .....	65
3.7. A Constituição de 1988 .....	66
<b>Capítulo 4 – O município no sistema constitucional brasileiro.....</b>	<b>75</b>
4.1. Breve evolução histórica da autonomia municipal.....	76
4.2. A estrutura dos Municípios nas Constituições brasileiras.....	76
4.3. O Município na Constituição Federal de 1988.....	79
<b>Capítulo 5 – O controle de constitucionalidade da lei municipal exercido pelos Poderes Executivo e Legislativo.....</b>	<b>83</b>
5.1. Generalidades do controle político .....	84
5.2. O controle político na Constituição Federal de 1988 .....	85
5.3. O controle político no âmbito municipal.....	92
<b>Capítulo 6 – O controle difuso de constitucionalidade da lei municipal .....</b>	<b>95</b>
6.1. Generalidades do controle difuso.....	96
6.2. O papel do Senado Federal no controle difuso.....	98
6.3. A ampliação dos efeitos das decisões no controle difuso ....	101
6.4. A importância da fiscalização de constitucionalidade da lei municipal para a ampliação dos efeitos do controle difuso ....	108

6.5. A declaração incidental de constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei municipal em sede de reclamação constitucional .....	111
<b>Capítulo 7 – O controle abstrato de constitucionalidade da lei municipal .....</b>	<b>123</b>
7.1. Generalidades do controle abstrato .....	124
7.2. A lei ou ato normativo municipal que contraria a Constituição Federal .....	126
7.3. A lei ou ato normativo municipal que contraria a Constituição Estadual .....	132
7.4. A lei ou ato normativo municipal que contraria a Lei Orgânica municipal .....	141
7.5. Eficácia das decisões na ADI municipal .....	143
7.6. Legitimidade ativa para propositura da ADI municipal .....	147
7.7. A ação declaratória de constitucionalidade no âmbito municipal .....	150
<b>Capítulo 8 – A fiscalização abstrata do direito municipal pelo Supremo Tribunal Federal .....</b>	<b>159</b>
8.1. Considerações gerais .....	160
8.2. Origens da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	161
8.3. O princípio da subsidiariedade .....	162
8.4. O significado da expressão <i>descumprimento de preceito fundamental</i> .....	164
8.5. Processamentos da ADPF .....	165
8.6. A ADPF como mecanismo de controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal .....	166

<b>Conclusões .....</b>	<b>171</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>179</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>189</b>
Anexo I – Normas do controle de constitucionalidade municipal nas Constituições estaduais.....	189
Anexo II – Lei n.º 9.868, de 10 de novembro de 1999.....	213
Anexo III – Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999 .....	222